



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

130/B

225

APELAÇÃO CÍVEL Nº 113325-9 – RECIFE/PE  
APELANTE: R. W. ALIMENTOS LTDA  
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A  
RELATOR: DES. DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
RELATOR PARA O ACÓRDÃO: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA:** CICIVL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. DUPLICATA. BANCO ENDOSSATÁRIO. COBRANÇA. PROTESTO. Não é lícito opor ao endossatário de boa-fê, titular dos direitos creditícios incorporados no título de crédito, as objeções pessoais que possui em face da sacadora, restando, no caso, voltar-se contra esta para diante dela ressarcir-se dos prejuízos porventura sofridos.

“O banco que recebe por endosso-mandato duplicatas representadas por boletos bancários, somente é parte legítima para responder pelos danos causados pelo indevido protesto do título, se houver sido advertido previamente sobre a falta de higidez da cobrança e, ainda assim, nela prosseguir, hipótese não caracterizada nos autos”. (AgRg no Resp 902622/AL – STJ - rel. Min. Sidnei Beneti).

A alegação de que o protesto deveria ter sido apontado no domicílio do apelante é inovação recursal não aventada na petição inicial, além do que o apelante tomou conhecimento a tempo do apontamento, não tendo qualquer prejuízo à sua defesa.

**DECISÃO:** “POR MAIORIA DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO NOS TERMOS DO VOTO DO REVISOR, DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO”.

DATA DO JULGAMENTO: 18.11.2009

131 /

226 /

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 113325-9, em que figura como apelante R. W. ALIMENTOS - ME e como apelado O BANCO DO BRASIL S/A, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco por maioria de votos negar provimento ao apelo, tudo de acordo com os votos e notas taquigráficas que integram o presente aresto.

Recife, 07 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

Designado para lavar o acórdão

w.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

122

1

227

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0113325-9 – OLINDA**

**APELANTE:** R. W. ALIMENTOS LTDA – ME

**ADVOGADO:** Luciana Cordeiro Rodrigues (OAB PE 19.262)

**APELADO:** BANCO DO BRASIL S. A.

**ADVOGADO:** Paulo Alves da Silva (OAB PE 8.883)

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**RELATÓRIO**

R. W. ALIMENTOS LTDA – ME, devidamente qualificado na inicial, ingressou, por meio de advogado legalmente habilitado, com a presente **Ação de Indenização por Danos Morais** em desfavor do BANCO DO BRASIL S. A., requerendo a condenação deste no pagamento de quantia equivalente a 100 (cem) vezes o valor do título indevidamente protestado, corrigido desde a data do ato ilegal, mais juros e honorários.

Para tanto, alegou em sua peça atriál (fls. 02/09), ter celebrado, com a empresa FORZA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA, contrato de compra e venda de 12 (doze) volumes de bisnagas plásticas destinadas a embalar os produtos que fabricava, sendo que, dada a discrepância com o que havia sido pedido, 09 (nove) desses volumes foram devolvidos de imediato pela apelante, tendo ela, inclusive, emitido nota fiscal de devolução.

Que tempo depois, recebeu do banco, ora demandado, uma ficha de compensação vinculada à duplicata emitida pela empresa supramencionada, com a ressalva de que o não pagamento do título até o seu vencimento ensejaria o protesto do mesmo, o que motivou sua ida ao Cartório de protesto, a fim de informar, aquele serviço notarial, sobre a devolução da maior parte das mercadorias e conseqüente impossibilidade daquele título ser protestado, mas que tal diligência resultou infrutífera.

Que, ainda num derradeiro esforço, pediu ao gerente do banco, ora demandado, que determinasse a desconstituição do gravame em questão, no entanto, obteve, novamente, o silêncio como resposta.

Regularmente citada, a parte ré, BANCO DO BRASIL S. A., apresentou contestação às fls. 41/65, suscitando, em preliminar, a ilegitimidade passiva *ad causam*, ao argumento de que não teria participado do negócio jurídico subjacente (contrato de compra e venda) ensejador da emissão do título protestado, visto que teria atuado apenas como mandatário da firma Forza Indústria de Plásticos Ltda, em virtude do contrato de cobrança com esta celebrado, e impugnou o benefício da justiça gratuita requerido pela demandante.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

123  
1  
228

No mérito, alegou não ter cometido qualquer ato ilícito ao apontar o mencionado título em Cartório, mas que agira dentro do estrito dever legal, a fim de resguardar eventual direito de regresso, ressaltando o fato de que não lhe competia perquirir a acerca da *causa debendi* ou qualquer outra questão relacionada ao negócio primitivo.

Em sentença lançada às fls. 74/76, a magistrada *a quo* **JULGOU IMPROCEDENTE** o pedido formulado na peça atrial, deixando, contudo, de **condenar** a empresa demandante nas custas e honorários advocatícios, em razão do benefício da gratuidade da justiça concedido.

Inconformada, a autora R. W. ALIMENTOS LTDA – ME, interpôs tempestivamente recurso de apelação (fls. 81/83), aduzindo, em breve síntese, que o Juízo *a quo* não teria levado em consideração, no seu julgamento, questões cruciais atinentes ao deslinde do caso, como o fato de a duplicata protestada não possuir *causa debendi*, posto inexistir lastro mercantil a autorizar sua emissão, e que mesmo informando tal fato ao Cartório de Protesto do 1º Ofício e ao banco apelado, este último persistiu em manter o protesto da referida duplicata.

Alega, também, que o banco apelado, no intuito de dificultar eventual defesa por parte dela, recorrente, levou o título a protesto em praça diversa da do seu domicílio, consoante determina a regra disposta nos Arts. 13, § 3º e 17 da Lei nº 5.474/68, num flagrante caso de abuso de direito.

Ao final, requer seja o presente recurso conhecido e provido, reformando-se a sentença vergastada, no sentido de que a intuição financeira recorrida seja condenada a indenizar a autora/apelante em danos morais.


Em despacho de fl. 84, foi o apelo recebido em ambos os efeitos legais.

Contra-razões do apelado às fls. 89/94, pugnando pela revogação do benefício da gratuidade da justiça concedida à apelante, a fim de que esta seja condenada nas custas sucumbenciais e, no mais, pela manutenção da sentença em sua integralidade.

É o relatório.

Ao ilustre Des. Revisor.

Recife, 28 de julho de 2009.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

1329

229

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0113325-9 – OLINDA**

**APELANTE: R. W. ALIMENTOS LTDA – ME**

**ADVOGADO: Luciana Cordeiro Rodrigues (OAB PE 19.262)**

**APELADO: BANCO DO BRASIL S. A.**

**ADVOGADO: Paulo Alves da Silva (OAB PE 8.883)**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO RELATOR**

De início, urge esclarecer que mesmo considerando que as contrarrazões não servem de palco para asilar impugnações de qualquer natureza, dada sua função eminentemente defensiva, cuido que em razão do caráter de ordem pública que envolve as questões ligadas ao acesso à Justiça, princípio este albergado em nossa Lei Maior, o pedido de revogação do benefício da assistência judiciária requestado pelo bando apelado deva ser analisada.

Pois bem, acerca dessa questão, ou seja, da apelante ser, ou não, beneficiária da gratuidade da justiça, reza o Art. 4º da Lei nº 1.060/50, que: **“a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”**, acrescentando, o seu parágrafo 1º, que se presume pobre quem afirmar essa condição nos termos da lei.

Ressalte-se, ainda, que o Colendo STJ, atento à própria filosofia que brota da referida lei, já assentou o entendimento no sentido de ser “desnecessária a comprovação do estado de pobreza pelo requerente, a fim de lograr a concessão da assistência judiciária, sendo suficiente a sua afirmação de que não está em condições para arcar com as custas processuais, presumindo-se a condição de pobreza, até prova em contrário”<sup>1</sup>.

Assim, não tendo a instituição financeira demandada logrado comprovar que a demandante não padecia da condição de pobreza afirmada, cuido que a magistrada *a quo* não poderia ter agido de outro forma, senão a de conceder a gratuidade requerida.

Todavia, questão importante reside no fato de a togada sentenciante ter deixado de condenar a empresa autora nas custas e honorários advocatícios, quando se sabe que **“o beneficiário da justiça gratuita, quando vencido na ação, não é isento da condenação nos ônus da sucumbência, devendo o mesmo ser condenado no pagamento da verba honorária, ficando, entretanto, suspensa a obrigação pelo período de até cinco anos**

<sup>1</sup> STJ - AgRg no Ag 908.647/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª TURMA, julgado em 18.10.2007, DJ 12.11.2007, p. 283.

AS



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

133 B

230

caso persista o estado de miserabilidade, extinguindo-se a mesma após findo esse prazo<sup>2</sup>.

Desse modo, assiste razão ao banco demandado quando requer a condenação da parte autora na verba honorária, de forma que, acaso esta venha a permanecer sucumbente na presente lide, deverá ser ela condenada nas custas processuais e honorários advocatícios, ficando, porém, ressalvado que a exigibilidade de tal crédito ficará suspensa enquanto perdurar o seu estado de miserabilidade, até a extinção da obrigação quando findar-se o prazo quinquenal previsto na lei.

Já no que tange o mérito propriamente dito, cuido que merece prosperar a irresignação da apelante quanto à indenização pleiteada, senão vejamos:

Do compulsar dos autos, verifica-se que, de fato, o negócio que deu origem à duplicata levada a protesto acabou por não se aperfeiçoar nos moldes ajustados, consoante bem demonstra o documento de fl. 23, uma vez que a autora/apelante devolveu a maior parte da mercadoria adquirida junto à empresa FORZA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA em razão da discrepância existente entre o pedido realizado no ato da contratação e o que estava sendo entregue pelo fornecedor.

Portanto, a empresa fornecedora não poderia ter procedido com a cessão do crédito apontado naquela duplicata, sem antes operar o desconto devido. Não o fazendo, restou configurada a ilegitimidade do título, que passou a não mais possuir o respectivo lastro mercantil.

De igual modo, também caberia à instituição financeira ter procedido com todas as cautelas necessárias ao operar o desconto de tal título, certificando-se acerca da sua validade e origem, exigindo que lhe fosse entregue documento comprobatório da compra e venda da mercadoria, bem como da sua efetiva entrega, a fim de assegurar o direito de poder protestar o título contra o devedor principal, sem o risco de responder por futura ação indenizatória por perdas e danos, como no caso presente.

O que não pode é o recorrido vir, agora, tentar se escusar de tal responsabilidade, ao argumento de que não lhe competia perquirir acerca da *causa debendi* do título, ou mesmo de qualquer outra questão relativa ao negócio jurídico primitivo, em razão de ter atuado como simples mandatário da empresa sacadora.

É bem verdade que atuando por força de contrato de cobrança previamente celebrado com a empresa endossatária do título, a instituição financeira não estaria agindo em nome próprio, mas, sim, como representante daquela, uma vez que o título teria sido repassado através do que a doutrina tem denominado de **endosso-mandato**.

<sup>2</sup> STJ — REsp 28384/SP, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, 4ª TURMA, julgado em 08/04/1997, DJ 09/06/1997, p. 25541

AS



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

134/B  
231

Ocorre que tal condição deveria ter sido devidamente comprovada pelo banco-endossatário, através da juntada do respectivo contrato de prestação de serviço firmado entre ele e a empresa endossante ou qualquer outro documento idôneo, o que não se fez no caso em análise.

Desse modo, considerando que o banco recorrido agiu com imprudência ao levar o referido título a protesto, sem tomar as devidas cautelas, bem como não comprovou a natureza jurídica do seu endosso, de modo a se presumir ter ele atuado em nome próprio, por entender estar exercendo um direito que reputava ser seu, cuidou que não há como a instituição financeira apelada esquivar-se de suportar as consequências jurídicas de sua incúria, devendo neste caso responder pelos danos morais suportados pela empresa demandante.

Outrossim, despicienda a alegação da instituição financeira recorrida de que a apelante não teria agido em tempo hábil para evitar o protesto do título em questão.

Embora seja certo que a recorrente não agiu dentro do tempo hábil para evitar o protesto do título, uma vez que recebeu a notificação cartorária em 29/04/98 (quarta-feira) (fl. 26), mas só informou ao apontado serviço notarial dos motivos impeditivos do protesto em 07/05/98 (quinta-feira), quando o prazo fatal se dera em 05/05/98 (terça-feira), há de se considerar que o dano moral suportado pela demandante não decorre unicamente do protesto indevido, mas também do fato de que a instituição financeira, mesmo após ser regularmente notificada das razões da impossibilidade de se proceder com o protesto da duplicata descontada (fl. 28), ficou-se inerte, não retirando tal apontamento, provocando indubitável dano ao patrimônio imaterial da demandante/apelante.

Ademais, frise-se que o protesto indevido de duplicata mercantil configura-se hipótese de dano moral *in re ipsa*, prescindindo de prova da efetiva existência de dano, porquanto presumíveis suas consequências danosas. Aliás, nesse sentido tem se posicionado o Colendo STJ em suas recentes decisões, v.g., vide REsp nº 629.433/RJ; REsp nº 254.433/SP, REsp nº 254.433-SP e REsp nº 218.428/SP.

Por fim, no que tange ao *quantum* indenizatório relativo aos danos morais, cuidou que, considerando as circunstâncias da lide e a repercussão do dano sofrido pela parte autora, mostra-se razoável condenar o banco apelado no pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da demandante, posto encontra-se condizente com o que vêm aplicando esta Egrégia Corte de Justiça em casos assemelhados, conforme se observa dos seguintes precedentes: AP 073775-5; AP 178390-4; AP 102.744-7, respectivamente da 3ª, 5ª e 6ª Câmara Cível deste Tribunal, pedindo *venia* para transcrever parte deste último, tão somente para melhor ilustrar o presente julgado, *verbis*:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - [...] INDENIZAÇÃO  
POR DANO MORAL - PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO JÁ  
PAGO - DANO MORAL CARACTERIZADO - [...] 15. Quanto

AS



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

135B

232


ao valor arbitrado do *quantum* indenizatório no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observa-se que Juízo "*a quo*" atendeu ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade presentes na demanda, ainda mais, tratando de pessoa jurídica que é a Apelada que sofreu na sua imagem, honra e abalo de crédito. (TJPE – AP 102.744-7, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgado em 22/07/2005, sem grifos no original).

Em face de todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao presente apelo, no sentido de reformar a sentença recorrida para condenar o banco demandado no pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da empresa recorrente, invertendo-se, via de consequência, o ônus da sucumbência, bem como fixo os honorários advocatícios em patamar correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da condenação.

É como voto.

Recife, 10 de 11

de 2009.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator





*Poder Judiciário*

*Tribunal de Justiça de Pernambuco*

*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

Apelação Cível nº 113325-9 – Olinda/PE

Apelante: R.W. Alimentos Ltda – ME

Apelado: Banco do Brasil S/A

Relator: Des. Alberto Nogueira Virgínio

Revisor: Des. Adalberto de Oliveira Melo

2ª Câmara Cível

#### VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais ajuizado pela apelante contra o banco apelado.

Pede a apelante a reforma da sentença reafirmando que a duplicata contra ela emitida foi indevidamente protestada desde que não correspondia a efetiva entrega de mercadorias, além de ter comunicado em tempo hábil ao cartório de protestos e ao banco apelado sobre a ilegitimidade do referido título.

Alega ainda que a duplicata deveria ter sido apresentada a protesto no lugar do domicílio do devedor – Olinda.

Pois bem!

A ação foi proposta em face do banco apelado ter remetido a protesto uma duplicata emitida pela empresa Forza Indústria de Plásticos Ltda que mantinha negócios com a apelante, afirmando esta, que dos 12 volumes de produtos que lhe foram enviados, devolveu 9 volumes por estarem em desacordo, sendo surpreendida por documento enviado pelo banco, chamado de ficha de compensação aguardando pagamento sob pena de protesto.

A sentença recorrida concluiu não ter havido qualquer irregularidade no procedimento adotado pelo banco recorrido e entendo estar correta a sentença.

A firma apelante na condição de devedora cambial, não é lícito opor ao endossatário de boa-fé, ou seja, o banco apelado – titular dos direitos creditícios incorporados no título de crédito – as objeções pessoais que possui em face da sacadora (credora originária). Resta-lhe, sendo o caso, voltar-se contra esta para diante dela ressarcir-se dos prejuízos que porventura venha a sofrer.

A jurisprudência tem sido clara neste sentido.

137 P  
234

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. ENDOSSO-MANDATO. ILEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

O banco que recebe por endosso-mandato duplicatas representadas por boletos bancários somente é parte legítima para responder pelos danos causados pelo indevido protesto do título se houver sido advertido previamente sobre a falta de higidez da cobrança e, ainda assim, nela prosseguir, hipótese não caracterizada nos autos.

Agravo improvido.

(AgRg no REsp 902622/AL. Rel. Ministro SIDNEI BENETI. STJ - TERCEIRA TURMA. DJe 26/11/2008).

A apelante diz que em tempo hábil fez comunicação sobre a ilegitimidade de cobrança da cártula ao cartório de protestos e ao banco apelado, no entanto, somente consta às fls.27 essa comunicação ao cartório de protestos, com recebimento em 07.05.1998, enquanto que ao banco apelado consta o recebimento de uma notificação em 13.04.2000 solicitando o cancelamento do protesto.

Quanto a alegação de que o título deveria ser remetido a protesto no domicílio do autor apelante em Olinda, é fato novo não aventado na petição inicial. Além do mais, tomou o apelante conhecimento do apontamento a tempo, não tendo qualquer prejuízo para sua defesa.

Com estes fundamentos, nego provimento ao apelo mantendo íntegra a sentença.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador revisor.

w.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

138 / 3

235

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A Turma está em divergência.

Ficou muito claro, ouvindo o voto do Revisor, que a parte apelante não manifestou sua impugnação ao lançamento da cambial contra o Banco, que é objeto do endosso mandato, havia remetido o título, a cambial ao cartório.

Diante dessa circunstância, também da circunstância de que houve inovação recursal no tocante à questão da competência para apontamento do título, não sendo feito na praça de pagamento, peço todas as vênias ao nobre Relator para acompanhar a conclusão do Revisor.

---

DECISAO

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO NOS TERMOS DO VOTO DO REVISOR, DESIGNADO PARA LAVRAR ACÓRDÃO".

---